

## **O Próspero e o Caliban: a Reprodução do Modelo de Servidão Colonial na Relação Entre Patroa e Empregada no Filme *Aquarius*<sup>1</sup>**

Prospero and Caliban: the Representation of the Colonial Servitude Model in the  
Relationship Between Employer and Housekeeper in the Movie *Aquarius*

Jeferson de Moraes Jacques<sup>2</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Luís Alberto dos Santos Paz Filho<sup>3</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

**Resumo:** um processo de descolonização malconduzido de um país poderá perpetuar características negativas do período colonial, tal como a noção vertical de superioridade e inferioridade nas relações: termina-se com a colonização externa, mas segue-se com uma colonização interna. Sob as noções de Próspero e Caliban, de Boaventura de Souza Santos, a interferência de fatores como gênero, classe e cor, de Jurema Brites, as relações discursivas como procedimentos de (des)estruturação do poder, de Michel Foucault, e construção identitária, de Stuart Hall, o presente artigo visa a analisar, no filme *Aquarius*, o modo como essas noções de subalternidade do período colonial brasileiro ainda se fazem presentes nas relações atuais entre patroa e empregada. Busca-se, assim, compreender de que forma e em quais medidas as relações de subalternidade permanecem fixadas nas relações de poder, principalmente de maneira simbólica com a violência psicológica provocada por quem possui o poder econômico. Desse modo, pode-se pensar a respeito das (re)configurações necessárias para uma sociedade mais igualitária e menos opressiva.

**Palavras-chave:** Próspero; Caliban; Patroa; Empregada; *Aquarius*.

**Abstract:** a misconducted decolonization process of a country may perpetuate negative characteristics of the colonial period, such as the vertical notion of superiority and inferiority in relations: the external colonization has finished but an internal colonization remains. Under the notions about Prospero and Caliban, by Boaventura de Souza Santos, the interference of factors such as gender, class and color, by Jurema Brites, the discursive relations as procedures of (de)structuring of power, by Michel Foucault, and identity construction, by Stuart Hall, this article aims to analyze in the Brazilian movie *Aquarius* the way these notions about subordination of Brazilian colonial period are still present in today's relation between employer and housekeeper. Thus, it seeks to understand how and in what measures the subordinate relations remain fixed in the power relations, symbolically with the psychological violence

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

<sup>2</sup> Pesquisador da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Email: jeferson.montag@gmail.com.

<sup>3</sup> Pesquisador da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Email: luis.alberto@acad.pucrs.br

caused by those who have economic power. In this way, one can think about the (re) configurations necessary for a more egalitarian and less oppressive society.

**Keywords:** Prospero; Caliban; Employer; Housekeeper; *Aquarius*.

**Submetido em 15 de abril de 2020**

**Aprovado em 04 de agosto de 2020**

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS: PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO**

O deslocamento de uma região a outra, a fim de extrair recursos e/ou povoar é designado, em termos gerais, pelo termo colonização. Tal ação pode ser sucedida por muitos tipos de violência de toda ordem, de modo que, ao final, poderão prevalecer características do colonizador, desde a cultura até o modo de gerir a economia. Tendo o colonizador obtido sucesso, haverá outro tipo de violência: a psicológica, no que tange à internalização, no imaginário do colonizado, de uma ideia de superioridade do colonizador e do seu modo de ser. Um processo de descolonização, assim como a identidade do povo outrora colonizado, vai ser definido conforme a natureza dos processos realizados durante o período colonial. Para a realização do estudo aqui proposto, os textos fundamentais da análise são de autoria de Boaventura de Souza Santos, sobre o perfil oscilante de Portugal enquanto colonizador e as consequências disso para o próprio país e para suas colônias, que reproduzem relações perversas entre empregador e empregado; Jurema Brites, sobre questões de gênero, classe e cor, Michel Foucault, ao tratar das relações discursivas como procedimentos de (des)estruturação do poder; e Stuart Hall, a respeito da construção identitária enquanto (re)conhecimento de si na nação à qual pertence. O objeto de estudo deste trabalho é o filme *Aquarius* (de Kléber Mendonça Filho, 2016), e o objetivo é analisar o modo como essas noções de subalternidade do período colonial brasileiro ainda se fazem presentes em determinadas relações profissionais, mais especificamente entre empregadas e patroas, nitidamente expressado no filme pela figura da protagonista, Clara, e suas empregadas.

## **1. PORTUGAL ENTRE A PERIFERIA E O CENTRO DO CAPITALISMO: AS ORIGENS DA CULTURA DE SERVIDÃO NO BRASIL**

Boaventura de Souza Santos, em seu ensaio *Entre próspero e caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade* (2003)<sup>4</sup>, descreve o perfil de Portugal enquanto colonizador do Brasil e de outros países africanos. O autor assinala características portuguesas, tanto de colonizador quanto de colonizado, utilizando como argumento uma suposta subordinação e inferioridade portuguesa em relação ao colonialismo hegemônico, sobretudo inglês. Tal inferioridade pode ter levado Portugal a exercer um poder mais frágil e irregular, principalmente no Brasil, visto que não possuía unidade na administração. Em relação a isso, Denise Moura, professora de História do Brasil na Unesp (Universidade Estadual Paulista), afirma que, embora não quisesse abrir mão do Brasil, a coroa também não manifestava interesse em morar neste território. Assim, não exerceu a função de administradora pessoal na ocupação e criação de instituições em território brasileiro, incluindo a gestão de todo este trabalho, o que foi delegado a outras pessoas<sup>5</sup>. Não havendo uma gestão única, cada lugar no Brasil com presença portuguesa tinha um modo diferente de gestão.

Portugal era, ao mesmo tempo, “produto e produtor dessa posição intermediária” (SANTOS, 2003, p. 24). Logo, seu perfil como colonizador também é oscilante: ora Caliban, ora Próspero, o que vai definir não só as suas principais características, mas também de seu povo colonizado. Assim, Portugal não incorporava por completo um perfil economicamente subalterno, mas também não foi como a exitosa Inglaterra, que, de acordo com Arruda (2000), após a Grande Revolução Inglesa, ampliou exponencialmente sua esquadra e passou a controlar os mercados mundiais. Tendo tido um bloqueio continental com a Europa, optara por uma tentativa de controle marítimo em nível mundial. Portugal não monopolizava controles, mas também não era completamente subordinado, tendo estado sempre entre o centro e a periferia na economia capitalista da época, conforme aponta Santos (2003). Tal característica

---

<sup>4</sup> O título faz uma referência à peça *A tempestade*, de William Shakespeare. Nela, há o personagem principal, Próspero, que clama por seu trono legítimo de duque de Milão, usurpado por seu irmão, Antônio. Próspero, abandonado junto de sua filha, Miranda, vive em uma ilha por doze anos. Nesta ilha, há o personagem Caliban, um escravizado, de corpo deformado. Segundo ele, a ilha lhe pertence por direito, e Próspero reproduz nele algo semelhante ao roubo de poder legítimo feito pelo irmão Antônio.

<sup>5</sup> BBC BRASIL. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/11/121026\\_corrupcao\\_origens\\_mdb.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/11/121026_corrupcao_origens_mdb.shtml). Acessado em 06 de mai. 2019

Portuguesa aparecerá na sua própria gestão na colônia Brasil e no modo como se encaminhou a descolonização.

Geralmente, um processo de descolonização terá, além da tomada de controle sobre o próprio território, a ação do colonizado de reaver a autonomia sobre a própria política e a economia, antes geridas pelo colonizador, o que pode levar a grandes disputas internas. Porém, o modo como isso ocorreu no Brasil revela ainda mais sobre a fragilidade da gestão portuguesa:

A fraqueza interna do colonialismo português tornou possível a independência conservadora do Brasil. Às elites oligárquicas foi permitido transferir para as suas contas as estruturas de dominação colonial ao mesmo tempo que cantavam loas ao ato inaugural da construção do Estado nacional. O colonialismo interno é a grande continuidade desse espaço, e é contra ele que deve dirigir-se, numa primeira orientação, o pós-colonialismo de língua portuguesa. (SANTOS, 2003, p. 51)

É comum que o povo colonizado internalize a ideia de que o colonizador seja bem-sucedido e um ideal de ser, vestir-se, comportar-se. Embora não possa transformar-se por completo no colonizador, o colonizado fará o mais próximo disso que puder: assumirá os discursos dele, e até reproduzirá alguns de seus comportamentos, daí a característica conservadora apontada pelo autor. Rompe-se com o colonialismo de modalidade externa, mas continua-se a praticá-lo internamente.

Santos chega a atribuir os excessos das elites brasileiras, Calibans identificadas com a figura do Próspero, à própria postura difusa do colonizador português:

Se a debilidade e incompetência do Próspero colonial português inviabilizou o neocolonialismo, propiciou, sobretudo no Brasil, a reprodução de relações de tipo colonial após o fim do colonialismo — o colonialismo interno. Ao fazê-lo, suscitou entre as elites que continuaram a exercer a dominação em nome próprio uma divisão sobre as suas responsabilidades históricas e as do colonizador entrementes saído de cena. Tratava-se de decidir, no fundo, se a incompetência das elites para desenvolver o país derivava ou não da incompetência do Próspero de que se tinham libertado. (2003, p. 48)

Tal instabilidade na colonização portuguesa teve resultados negativos até mesmo no processo de independência do Brasil. Quando se refere ao conservadorismo do processo de independência do Brasil, o autor compara tal processo com os demais, oriundos dos colonialismos hegemônicos: enfatiza o fato de ser a única nação na

América latina a tornar-se independente mantendo a monarquia, de modo que o poder colonial “sucedesse” a colonialidade do poder (2003, p. 29).

Assim, sentir-se no poder e ter alguém a quem se referir como subalterno é uma prática que perdura até hoje em relações profissionais, especialmente no relacionamento entre empregadas domésticas e as famílias que as empregam.

## **2. EU E O OUTRO: DOMINAÇÕES E SUJEIÇÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS**

Michel Foucault (1996) realiza uma síntese da proposta de sua obra ao dizer que “em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, silenciada, organizada e redistribuída” (1996, p. 8 - 9) de acordo com procedimentos e funções que configuram os poderes e, por conseguinte, as formas de dominação. Ao se pensar nas relações sociais como formas de dominação, o discurso se apresenta como uma ferramenta de poder, que está a serviço de quem domina e é, por isso, utilizada para subjugar o outro. Aliás, cabe aqui a reflexão acerca do funcionamento social tendo como ponto de partida as intersecções entre eu e o outro. De que forma e em que medidas um sujeito se identifica como o *eu* de um discurso? Como se representa, em sua mente, a ideia de um outro como receptor e produtor de mensagens?

O discurso é, em si, uma construção virtual de ideias: extraem-se do campo paradigmático (isto é, um espaço hipotético onde estão todas as formas e construtos linguísticos de uma determinada língua), a partir de um processo de seleção, os signos que formarão no campo sintagmático uma sequência possível do estrato linguístico utilizado. Dessa forma, antes da produção ativa externa do discurso já há, em si, um exercício de exclusão: ao escolher dada palavra para compor uma frase, por exemplo, excluem-se todas as outras. Essa seleção, no entanto, vai muito além de um direito de escolha de palavras. Conforme salienta Foucault, “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (1996, p. 9). Se não é qualquer indivíduo que pode produzir qualquer discurso, de que forma pensar a própria língua como um signo representante da pátria? O que é pertencer a uma sociedade, senão assumir papéis que nos são pré-distribuídos por quem possui o poder?

Se considerarmos a inescrutabilidade do procedimento anteriormente exposto, devemos refletir acerca dos processos silenciadores. Sob a perspectiva elencada, parece estar na relação dialética da língua a resposta para as ânsias que coíbem o pleno desenvolvimento dos discursos como método de libertação. Mas o que significaria libertar-se, através da palavra? Parece pertencer a esse conflito a ideia de que nas relações sociais, ou seja, no diálogo direto entre duas pessoas, há sempre uma delas que detém a razão – e com “razão”, lê-se “verdade”, uma espécie de troféu-barca, que carrega em si o absolutismo dos conhecimentos. Os debates sobre verdade absoluta, sabe-se, são antigos e múltiplos, e ainda hoje muito se questiona acerca de tal perspectiva. Contudo, tomada como epicentro da questão aqui elencada ela suscita outras perguntas. Por exemplo, de acordo com Foucault (1996), essa vontade de verdade apoia-se sobre uma base institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, o sistema dos livros, das bibliotecas, os laboratórios etc. Assim, parece inevitável associar essa concepção de verdade a uma ideia de educação formal – ou melhor: à escolarização. Pertencer a uma composição social na qual ter acesso à educação formal institucional em escolas abriria portas e possibilidades para se considerar o indivíduo como detentor de um conhecimento maior do que aqueles que não tiveram a mesma oportunidade. No entanto, a questão vai muito além: a maneira como os recursos para este acesso à educação são distribuídos, bem como a preocupação que se tem na qualidade e métodos dessa formação são a priori formas de discurso de dominação. Com quem devemos nos importar? Quem precisa desta formação? Para quê? Qual o objetivo da educação formal ou, em última instância, quem deve ter acesso às verdades e de que forma deve utilizá-las?

Pode-se pensar, por tais motivos, que existe sempre uma pressão exercida por um polo superior a um polo inferior que causa, conseqüentemente, um efeito dominó nas relações de poder e, assim, na produção dos discursos. E isto ocorre porque parece existir uma necessidade introjetada no imaginário cultural de que toda relação deve ser binária, isto é, constituída por dois elementos que, de certo modo, são opostos complementáveis: o homem e a mulher, a razão e a emoção (ou a razão e o instinto animal), a religião e a ciência, etc. O que se pretende pensar e questionar, de certa maneira, é até que ponto as formas de restrição da validação do discurso servem para

dominar e silenciar e, portanto, dizem respeito diretamente às relações sociais. Afinal, se o discurso de um determinado grupo de indivíduos é negado, o acesso da parte deles em diversos “extratos” da sociedade estará, como resultado, também negado.

Vale ressaltar ainda que, segundo Foucault,

o fato de haver sistemas de rarefação não quer dizer que por baixo deles e para além deles reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalçado e que nós tivéssemos por missão descobrir restituindo-lhe, enfim, a palavra. Não se deve imaginar, percorrendo o mundo e entrelaçando-se em todas as suas formas e acontecimentos, um não-dito ou um impensado que se deveria, enfim, articular ou pensar. Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem. (1996, p. 52-53)

Claro, deve-se tomar cuidado para não se naturalizar um efeito de subalternidade – conforme os preceitos que temos discutido ao longo deste trabalho – uma vez que se leve em consideração na somatória dos fatores que constituem o cenário político-linguístico da sociedade as variações históricas e culturais em torno dos fenômenos discursivos. Contudo, não se exclui a noção de que pode haver um trabalho também por esta zona descoberta que contribua para o controle dos registros discursivos e, assim, dos sujeitos que a eles estão integrados. Afinal, a noção de identificação entre um indivíduo e o espaço ao qual ele pertence pode ser considerado como um dos elementos constitutivos de uma identidade – neste caso, discursiva. Soma-se a esta perspectiva, a noção de cultura nacional de Stuart Hall, presente na obra *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), na qual o autor diz que as culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna e “a lealdade a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional” (2006, p. 49).

Ainda de acordo com Hall, as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações (HALL, 2006, p. 50). Assim, a língua enquanto ferramenta e também tesouro de uma nação pode ser compreendida como uma forma evidente de se representar, identificar e se perceber pertencente a uma sociedade ou grupo. Por isso, a produção de discurso é cara aos processos de globalização ao passo que também se faz mister na estruturação das operações socioculturais internas. Sabe-se que as nações criam suas narrativas para contar suas versões de suas histórias. Desse modo, parece evidente imaginar que o

material narrado e, sobretudo, o método dessas narrativas (que, vale lembrar, são construções discursivas) determinam também quem deve ser lembrado e por quais motivos. Dentro dessa engrenagem, indivíduos se destacarão e outros serão sepultados na própria história esquecida. Assim, a situação apresentada em *Aquarius* é análoga: as falas das empregadoras, em relação às empregadas, irão prevalecer, em detrimento ao que as empregadas têm a dizer sobre si mesmas e suas relações de trabalho. O tratamento discursivo empreendido a elas, enquanto demarcador de lugares, também atua para a manutenção de um sistema excludente. Novamente, o discurso funciona como um regulador de poder social, no qual é preciso considerar outros fatores a ele acomodados: condição socioeconômica privilegiada, acesso à formação escolar e disponibilidade de diferentes maneiras de lazer, graças a um *status* financeiro plenamente estabelecido.

Conforme salienta Hall, “em certa medida, o que está sendo discutido é a tensão entre o global e o local na transformação das identidades” (2006, p. 76). Contudo, é também e por isso uma (re)tomada de consciência e de conscientização sobre papéis distribuídos na sociedade: trata-se, em última análise, da forma pela qual se objetiva o indivíduo e o torna atuante no teatro geral da nação e, sobretudo, como se estabelece, perpetua ou descontinua as ideias de dominação e de sujeição.

### **3. AQUARIUS: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE EMPREGADA E EMPREGADORA**

*Aquarius*, dirigido por Kleber Mendonça Filho, foi realizado em 2015 e lançado em 2016. O filme conta a história de Clara, uma viúva de 65 anos, ex-escritora e crítica de música, que é a última moradora do edifício *Aquarius*, localizado em uma valorizada região habitacional às margens de uma praia no Recife. Além de ser continuadora de uma postura feminina forte e emancipatória, característica herdada de sua tia, Clara superara um câncer de mama no início da década de 1980, o que reforça ainda mais sua força e determinação. No tempo presente do filme, que se passa em 2016, Clara sofre diversas formas de assédio por parte da Construtora Bonfim, que foi compradora de todos os demais apartamentos do prédio e planeja outra construção mais moderna no

lugar. O apego de Clara ao seu apartamento é justificado pelos diversos significados do lugar: foi lá é que ela criou seus filhos, e cada elemento do interior de sua residência remete a alguma memória afetiva, algo impossível de ser reconfigurado caso ela se mude para outro lugar. Tendo essa premissa como fio condutor da narrativa, há outras questões transversais que o filme traz à discussão: vivência da sexualidade feminina na terceira idade, relação entre mãe e filhos, falta de ética profissional a ponto de ignorar direitos trabalhistas, e relação explicitamente classista entre patroas e empregadas, que é o recorte desta análise.

Tendo uma vida confortável entre leituras, cochilos na rede, organização de sua grande coleção de vinis e encontros com filhos, parentes e amigos, Clara interage com Ladjane, sua empregada. Tal relação parece oscilar entre a frieza e o afeto, sem a presença de palavras violentas, porém com uma nítida divisão de papéis entre patroa e empregada, que será revelada com ênfase no segundo terço do filme, momento em que Clara está com seu sobrinho Tomás e a namorada Júlia. Também compõem a cena seu irmão Antônio junto à esposa Fátima, e o filho deles, Filipe, com a namorada. Os personagens estão vendo álbuns de fotografias antigas, e, Clara, ao mostrar para seu irmão imagens de antigas empregadas, aparece o seguinte diálogo:

Clara – E essa mulher, lembra? O nome dela... Faz uma comida maravilhosa, todo mundo adorava ela, lembra? E acabou que era uma filha da puta, roubou nossas joias, roubou as joias da mamãe... E essa aqui escafedeu-se lá pro Ceará, nunca mais ninguém viu...

Fátima – Ela é mais... É inevitável, né... A gente explora elas, elas roubam a gente de vez em quando... E assim vai, né...

Clara – Você está certa... Toni... Como era o nome dessa criatura?

Ele arrisca alguns nomes, mas o momento logo foi interrompido com a chegada do sobrinho Tomás e a namorada Júlia, que acordaram e logo foram olhar a grande coleção de vinis de Clara, que se dirige até o interior da casa pelo corredor. Neste momento, Filipe lhe pergunta:

Filipe – O pai... Que onda é essa do povo tirar sempre foto com o carro? Eu vejo tanta gente aqui tirando foto com o carro...

Antônio – O carro perdeu o encanto... Agora é só um carro.

Namorada – Eu já vi foto de carro no Facebook.

Antônio – Mas assim, dessa maneira, as pessoas pousando como se o carro fosse um ente da família, eu acho que não...

Aqui aparece algo inusitado: pelo corredor por onde passara Clara, há uma aparição, como que de um fantasma, da mencionada antiga empregada, uma moça negra. Clara, ao retornar, com mais álbuns nas mãos, andando novamente pelo corredor, diz o seguinte: “Juvenita... Era Juvenita o nome da tal empregada... Era Juvenita, Juvenita”. Após, em meio a comentários sobre outras fotos, vem a atual empregada, Ladjane, para servir vinho, mas com nítida intenção de integrar-se à conversa: “Quero mostrar também a foto do meu filho... Que eu carrego na carteira”. Fora o contido elogio de Fátima à beleza do garoto da foto, que sequer aparece para o espectador, houve silêncio por parte de todos enquanto olhavam. Tal silêncio encerrou-se quando Ladjane voltou à cozinha, o que reforça a divisão classista na casa: a pessoa que serve, mesmo habitando o mesmo ambiente, não pode partilhar de momentos de diálogo com a família, sofrendo uma espécie de rejeição silenciosa. O que reforça a rejeição é o mencionado carro, no diálogo entre Filipe e Antônio. Ele é o elemento que, de mera aquisição material, é elevado à condição de membro da família por Antônio, coisa que sequer as empregadas podem ser.

Clara é uma personagem que, junto ao já falecido marido, construíra seu patrimônio a partir do trabalho de ambos, o que acabou lhe custando eventuais ausências na vida dos filhos. Ao passo que consegue ascender economicamente, assume um papel de membro da elite brasileira, e passa a reproduzir a cultura de servidão em sua própria casa. Tal atitude também é perceptível na cunhada, Fátima, e na filha de Clara, Ana, que, após o divórcio, demitiu a babá, tendo deixado o bebê aos cuidados de Clara em uma cena.

Aqui, é pertinente trazer o trabalho de Jurema Brites, que, entre os anos de 1995 e 1998, realizou uma pesquisa etnográfica na cidade de Vitória (ES). Por meio de entrevistas com patroas, seus filhos e filhas e as empregadas, associa a condição subalterna a fatores como gênero, classe e cor. A autora percebeu uma espécie de relação ambivalente entre patroas e empregadas, pois, no convívio entre elas, a empregada “constrói, troca e remodela saberes domésticos” (BRITES, 2007, p. 95), o ambiente relacional entre as duas é permeado por cumplicidade e antagonismo. Há, ainda, a relação entre as empregadas e os filhos e filhas das patroas. Enquanto os pais e donos da casa estavam no trabalho, as crianças permaneciam em casa na companhia das empregadas, e com elas criavam vínculo afetivo. Uma das crianças chega a dizer que, se

a empregada ganhasse um prêmio em dinheiro, não precisaria mais trabalhar lá, e teria mais tempo para ela. Porém, é uma relação em que este afeto não rompe com os limites estabelecidos. Por meio de conversas privadas com os pais, as crianças sabem que não devem permanecer nos mesmos espaços que as empregadas, usar o mesmo banheiro, e permitir que elas se sentem nas camas e nos sofás da família. Com base nestes achados, Brites afirma que

O mundo naturalizado da segregação de espaços, da poluição e da doença, é implicitamente associado a uma questão de classe. Se a empregada tivesse dinheiro, as coisas seriam diferentes. O afeto poderia ser traduzido em amizade e os espaços comungados. Mas, na situação atual, a distância social é tomada como um fato natural. (BRITES, 2007, p. 106)

No filme, Clara, embora pontue algumas características boas da empregada Juvenita, que conheceu na infância (“faz uma comida maravilhosa”, “todo mundo adorava ela”), acaba se referindo a ela com palavras pejorativas em virtude do roubo das joias. O mesmo pode ser visto nos exemplos supracitados, Fátima e Ana. Vale dizer que o diálogo hostil em que Clara tenta lembrar-se do nome da antiga empregada revela certo cuidado de Fátima ao não mencionar que Juvenita é negra quando houve a história do roubo: “Ela é mais...”, como que se referindo à pele retinta da empregada, o que corrobora com o atravessamento étnico apontado por Brites (2007).

O referido diálogo acontece com a atual empregada de Clara, Ladjane, por perto, sem nenhum pudor, e a naturalização desta relação perversa entre patroa e empregada aparece quando Fátima diz que “é inevitável”, que “realmente” “exploram” e que “elas roubam de vez em quando”, e “assim vai”, sugerindo um ciclo sem fim: o servente enxerga e internaliza a superioridade e um suposto prestígio da condição de patrão, e, não podendo tornar-se ele, rouba-lhe, para pelo menos ter algo seu. Uma violência subjetiva que naturaliza ideias classistas, culminando em delitos. O padrão se repete: tanto Clara como sua filha e cunhada falam mal das pessoas com quem, de certo modo, trocaram afeto, e que lhes serviram, ajudando a manter a dinâmica de suas casas e a conservação dos bens materiais. O afeto outrora envolvido cai quando estas pessoas cometem algum ato que viole a hierarquia estabelecida, tal como a apropriação de algo mínimo da patroa. No caso do filme, uma joia, que revela nada mais do que o simples poder possuir joias, poder que a empregada também quer exercer. Além da violência do ato do furto mencionado pelos personagens, pode-se pensar na concepção apresentada

por Foucault em relação aos processos de silenciamento do discurso do outro: a internalização da ideia de “exploração” de um sobre o outro e da aceitação do furto como uma espécie de “vingança justa” corrobora à produção de um discurso estatizado que busca a manutenção das condições dos sujeitos, sem que se vislumbre a possibilidade de romper com este ciclo de abusos sociais.

No último terço do filme, há a cena mais importante para esta análise: com as luzes apagadas, a antiga empregada de Clara, Juvenita, após lavar a louça, dirige-se ao quarto de Clara, abre o armário, retira um porta-joias e senta-se na cama. Abre a pequena caixa e pega um colar e um anel. Enquanto contempla as joias, Clara aparece deitada na cama, vendo o ato. A empregada lhe diz: “a senhora tá sangrando”, e aparece uma mancha de sangue na região do já ausente seio direito retirado devido ao câncer. Após, Clara se acorda: era um sonho, o que pode revelar um término de relação completamente malconduzido com sua antiga empregada, que, tal como um fantasma, ainda está presente em sua vida, seja nos diálogos ou nos sonhos.

Clara reproduz, nas empregadas, uma relação ambivalente e desigual. Tal qual Portugal, sua identidade também oscila entre centro e periferia da economia e das relações, entre Próspero e Caliban. Tal característica é revelada em um importante diálogo entre Clara e Diego, jovem e rico engenheiro civil que, em nome da construtora Bonfim, lhe impõe sérias situações de assédio para que venda seu apartamento. O jovem autoriza festas e atividades inoportunas no prédio como forma de forçar Clara a ceder e aceitar a oferta por seu apartamento. Uma dessas festas culminou com a queima de colchões no pátio, o que deixou Clara extremamente incomodada. O rapaz admite o erro e se compromete a avisá-la quando autorizar outra festa ou atividade no prédio. O mais curioso é que Diego, embora sem escrúpulos, jamais abandona o tom afável, educado e polido na conversa, o que é apontado por Clara:

Clara – Diego, você faz aquele tipo “passivo-agressivo”. (...)

Diego - Não, Clara, eu faço o tipo focado, o tipo determinado. É que você não me conhece, eu acabei de chegar dos Estados Unidos. Eu me formei lá, eu estudei três anos *business*, e agora eu tô de volta com sangue nos olhos. Isso aqui tá sob minha responsabilidade, é meu primeiro projeto, eu vou atacar. Aquela visita que a gente fez lá na sua casa foi algo muito social, né? Chegar junto, estabelecer um contato, que não aconteceu! Você não deixou a gente entrar, a gente ficou do lado de fora da porta, ninguém ofereceu um cafézinho, água, chá (olhando para a empregada)...

Clara reconhece em Diego, seu algoz, uma característica que sempre foi sua: o “passivo-agressivo”. Esta característica pode ser percebida no modo oscilante em que a própria Clara costuma tratar a empregada Ladjane e demais personagens no decorrer do filme. Essa postura permite que o opressor atue livremente mantendo-se livre de um possível peso na consciência, visto que suas ações ocorrem mais no plano simbólico do que de maneira explícita, seja encobrindo-as por movimentos de cinismo ou de falsa compaixão. Dessa forma, a construção do discurso é maquiada por uma sensação de justiça, na qual o eu que produz o discurso não se coloca na outra ponta da relação, a que recebe, sem poder interferir, as ordens. Sob este âmbito, comumente, o personagem opressor não percebe o outro como um sujeito em semelhança, mas sim como um objeto de recepção de seus desejos. No caso do filme, Clara, agora, encontra-se, também, na condição de oprimida por alguém que chega a ignorar sua presença:

Diego – Queria ter te dado uma opinião mais realista sobre isso aqui. Esse prédio tá vazio, né, Clara?

Clara – Não... O prédio não tá vazio, eu tô aqui, eu moro aqui... (...) Você vai me desculpar. Eu sou uma pessoa educada, mas você realmente me tirou do sério.

A paciência de Clara chega ao fim quando Diego menciona que os filhos dela são a favor da compra de seu apartamento pela construtora. Ela grita com Diego, apontando lhe falhas que podem ter sido suas na lida com suas empregadas:

Clara – Não fala do meu filho! De nenhum deles! Cala sua boca! (...) É impressionante que se diz de que falta educação, né, e sempre se refere a gente pobre. Mas, falta de educação não tá em gente pobre, não. Tá em gente rica e abastada como você, sabe? Gente de elite, que se acha privilegiada, que não entra em fila, sabe? Gente como você, que fez curso de “business”, mas não tem formação humana. Não criou caráter! Seu caráter é o dinheiro! Portanto, meu amor, você não tem caráter. Só tem essa carinha de merda, é isso que você tem. (...)

Ao que Diego rebate delicadamente com uma fala que externaliza diretamente sua visão sobre a ascensão das classes no Brasil:

Diego – Você não me conhece, Clara. Mas tá certo, eu prefiro lhe ouvir e respeitar. Até porque, olhando daqui, dá pra ver que você, com certeza, veio de uma família que batalhou muito mesmo para chegar aonde chegou. Né, Clara? Uma família de pele mais morena, né? (olhando a empregada) Que deu muito suor pra ter o que tem, e eu te respeito.

Ladjane - O senhor vai me desculpar. Mas o senhor não pode tratar ela desse jeito, não.

Diego, ao mencionar a pele de Clara, com intenção de ser empático, revela reconhecer, em pessoas de pele retinta, subalternidade. Enxerga Clara como a Caliban que virou Próspero, e, ao olhar para a empregada de Clara enquanto fala, comunica indiretamente o que realmente pensa sobre Clara: ela, como um membro da classe emergente brasileira que, tendo passado por dificuldades na condição de Caliban, trabalhou muito para ascender, possui empregada e não quer abrir mão de seu apartamento próprio, dado o significado que ele possui em sua trajetória pessoal. Vale observar, ao final do diálogo dos dois, que quem fez a última fala foi a empregada Ladjane, em defesa de Clara. Neste momento, e pela observação dos olhares durante o diálogo, nota-se que ambas, empregada e patroa, estão em condição de inferioridade ante a outra pessoa que possui poder.

Em momento seguinte à conversa, Clara encontra-se com um antigo amigo que é editor. Ele revela que Diego é afilhado de seu irmão, e isso mantém o rapaz frequentemente presente nos jornais, ajudando na sua reputação. Voltando ao texto de Boaventura Santos, vemos aqui um comportamento padrão que permaneceu com um pós-colonialismo mal conduzido, que levou o país a um neo-colonialismo: pessoas já bem sucedidas empregam e auxiliam seus parentes e amigos, de modo a ninguém se importar com as consequências do desenvolvimento que passa por cima dos direitos de pessoas que estão em situação econômica desfavorecida. Um modo de gerir o desenvolvimento urbano e a economia unicamente pela centralização do poder, tal qual como o fizera a ação portuguesa no Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: A POSSIBILIDADE DE UMA ADEQUAÇÃO NAS RELAÇÕES**

As noções de Próspero e Caliban, de Boaventura de Sousa Santos, são visíveis no filme de Kléber Mendonça Filho sob o ponto de vista de Clara: na condição de Caliban, ascende para um lugar de gestor da própria vida, visto que mora em lugar privilegiado, possui boa aposentadoria e empregada. Como atual *Próspero*, ela poderia ter rompido com os perversos modos relacionais e discursivos de manutenção de poder e subalternidade que tivera enquanto *Caliban*. Porém, não o faz, reproduzindo-os em

Ladjane, sua empregada. Há, também, a exclusão de Ladjane das conversas em família, o que reforça a ideia anteriormente citada de Foucault (1996), na qual o estabelecimento do diálogo, através do discurso linguístico, eleva a condição social de um sujeito que, a princípio, não possuía voz e, portanto, história. O rompimento desse silêncio parece desestruturar a placidez da família, uma vez que altera a ordem dos elementos sociais e coloca em xeque a apropriação discursiva por um grupo social “estrangeiro” a eles.

Santos (2003) sugere que, a partir das falhas de Portugal como gestor do Brasil, poderia ter sido criada uma forma relacional mais adequada entre empregador e empregado, um trato que desse conta das necessidades de ambos, sem que a noção de subalternidade do outro seja algo desejado por representar qualquer tipo de *status*.

Seria a incompetência de Próspero uma pesada herança, um constrangimento incontornável das possibilidades de desenvolvimento pós-colonial, ou constituiria, pelo contrário, uma oportunidade insuspeitada para formas de desenvolvimento alternativas? (...) Por outras palavras, foram as deficiências de Próspero que tornaram possíveis os excessos de Caliban. (SANTO, 2003, p. 48)

Assim, o Brasil não foi capaz de criar um modelo de gerir sua economia diferente do período colonial. A exemplo de Clara, não reconfigurou as relações entre patrão e empregado, que permanecem desiguais, ambivalentes e também pautados por questões de gênero, cor e classe, conforme apontou Brites (2007). E, como acontece na família de Diego, ainda existe a reprodução de poder, de modo a oligarquizá-lo, mantendo-o nas mãos dos mesmos grupos, dividindo-o sempre entre seus pares, independente dos custos. Tal característica de centralização de poder de modo oligárquico é ressaltada por Santos (2003), quando o autor afirma que o Brasil foi a única independência, na América Latina, a manter uma monarquia, fato que é referenciado no próprio nome da personagem: Clara Bragança. Este é o sobrenome de uma rica família brasileira que possui relações familiares com D. Pedro de Alcântara Bragança, que foi príncipe português, representante de Dom João VI no Brasil ao final do período colonial. Com a independência do Brasil, em 1889, Alcântara Bragança proclamou-se imperador do Brasil, mesmo com a extinção do império no país na ocasião da independência. A família Bragança ainda espera certo reconhecimento de si como família real brasileira, fato que atesta o conservadorismo referido por Santos (2003) quando diz que o colonialismo externo deu lugar ao colonialismo interno, formando um neocolonialismo.

Tal reprodução de comportamentos e práticas ainda é presente no Brasil. O arco narrativo de Clara vai de uma situação socioeconômica difícil para o privilégio, tendo ela se apropriado de violentos discursos demarcadores de classe e os aplicado em suas próprias empregadas. Essa atitude é não raras vezes observada na hostilidade passivo-agressiva dos discursos que permeiam o cinismo de uma condição “inevitável” na sociedade, sob o prisma do empregador, que acaba, por fim, a influenciar a forma como o empregado passa a perceber a si mesmo no plano social: por ser criado em uma sociedade historicamente opressora e segregadora, a empregada, no caso analisado, assimila seu estilo de vida como uma espécie de predestinação inevitável – “a vida é assim”. Isso revela, na relação perversa entre patroas e empregadas, algo a ser problematizado e que precise de ações políticas, no sentido de desnaturalizar a ideia da subalternidade do outro como algo que traga qualquer tipo de satisfação ao patrão, reduzindo, assim, as diversas violências subjetivas que isso traz. Dessa forma, pode-se pensar em Stuart Hall, visto que os silêncios identitários estão entre os elementos responsáveis por conduzir a estas violências que são, também, simbólicas. Isto é, ao se desconsiderar a equidade nas relações discursivas, o que se estabelece é uma dialogia entre indivíduos expatriados, pois se a identidade de ambos não pertence a um mesmo (re)conhecimento de nação, os apontamentos sociais inevitáveis conduzirão as relações a uma dominação do mais forte ao mais fraco – o que neste caso está diretamente vinculado à concepção de poder representativo em uma organização social.

## REFERÊNCIAS

- AQUARIUS. Direção de Kleber Mendonça Filho. Pernambuco: Brasil, 2016. 1 DVD (145 min).
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *REVISTA USP*, São Paulo, n.46, p. 66-78, junho/agosto 2000. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32880> >. Acesso em 07 Ago. 2020.
- BBC BRASIL. Disponível em: < [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/11/121026\\_corrupcao\\_origens\\_mdb.shtm](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/11/121026_corrupcao_origens_mdb.shtm) >. Acessado em 06 Ago. 2020.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu* (29), julho-dezembro de 2007: 91-109. Disponível em: <

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644819> >.

Acesso em 07 Ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Entre próspero e caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade*. *Novos Estudos CEBRAP*, 66, julho de 2003, p. 23 – 52.

Disponível em:

<[https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/81691/1/Entre%20Prospero%20e%20Caliban\\_colonialismo%2C%20pos-colonialismo%20e%20inter-identidade.pdf](https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/81691/1/Entre%20Prospero%20e%20Caliban_colonialismo%2C%20pos-colonialismo%20e%20inter-identidade.pdf)>. Acesso em

10 Ago. 2020.

SHAKESPEARE, William. *A tempestade*. Tradução e introdução Barbara Heliodora. - [Ed. especial]. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.